

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.641.154 - GO (2019/0376251-5)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS
AGRAVADO : P S P B
ADVOGADO : CYNTHIA CRISTINA RAMOS - GO049155
INTERES. : S A DOS S
ADVOGADO : GIOVANA GUIMARÃES DE MIRANDA - GO029680
INTERES. : C L P J
ADVOGADOS : REGINALDO MARTINS COSTA - GO007240
RODRIGO SILVEIRA COSTA - GO024601
INTERES. : W P
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS, assim resumido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA INDISPONIBILIDADE DE VALORES BENS CONTA BANCÁRIA SALÁRIO DO SERVIDOR IMPENHORABILIDADE ART 833 INC IV E § 2º DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DECISÃO REFORMADA RECURSO PROVIDO RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

I -Nos termos do art. 7º da Lei de Improbidade Administrativa, permite-se a indisponibilidade de bens do indiciado quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou enriquecimento ilícito.

II- Conforme precedentes da Corte Superior de Justiça e do Tribunal de Justiça de Goiás, não obstante seja permitida a penhora/indisponibilidade de valores em conta bancária, esta deve curvar-se à impenhorabilidade estabelecida no art. 833, inciso IV e § 2º do CPC.

III- Logo, a determinação de indisponibilidade, ainda que em parte, da remuneração do devedor, que não se subsume nas exceções previstas no inciso IV e § 2º do art. 833 do Código de Processo Civil, viola literal disposição de lei e jurisprudência firmada em julgamento de recurso repetitivo, de sorte que outro caminho não resta senão acolher a pretensão recursal para desconstituir a ordem de indisponibilidade, determinar a liberação da quantia bloqueada.

RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

Alega violação do art. 1.022, II, do CPC, no que concerne à ausência e

indicação do(s) documento(s) comprobatórios de que os salários pagos ao recorrido são, de fato, recebidos na conta bancária em que ocorreu o bloqueio de valores, o que comprovaria o caráter alimentar da verba penhorada, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Como se pode notar, por meio dos aclaratórios, o Ministério Público objetivou a correção da irregularidade apurada no acórdão, porquanto o TJ/GO, ao liberar a verba bloqueada na conta -corrente do Banco do Brasil de titularidade do recorrido, reconheceu a sua natureza alimentar, sem, contudo, mencionar o(s) documento(s) que comprova(m) que o seu salário como analista tecnológico da Secretaria Municipal de Cultura de Goiânia é efetivamente creditado na referida conta bancária.

Nas razões dos embargos de declaração ainda se evidenciou a relevância do suprimento da omissão no fato de que o extrato bancário apresentado pelo recorrido como prova do recebimento salarial não identificar a instituição financeira.

Apesar de instado a se manifestar expressamente sobre tal questão, imprescindível à correta solução da controvérsia, o Tribunal local negou a existência do vício, afirmando, ainda, que a fundamentação da decisão embargada restou evidente a suficiência da comprovação da veracidade das informações do recorrido quanto natureza alimentar da verba sobre a qual incidiu a indisponibilidade decretada, mediante o demonstrativo de pagamento de remuneração, o comprovante de bloqueio judicial e a cópia de movimentação bancária, apesar de este documento não fazer alusão à instituição financeira da qual se originou (fls. 153).

Entretanto, tais argumentos não prosperam, ao contrário, contribuem para demonstrar a ocorrência de omissão por parte do TJ/GO acerca da indicação de documento que pudesse sanar relevante dúvida sobre a natureza da verba alimentar bloqueada, já que da cópia de movimentação bancária do recorrido não se pode identificar a instituição financeira da qual se origina, de forma a retirar a credibilidade dos demais elementos de prova apresentados (demonstrativo de pagamento de remuneração, o comprovante de bloqueio judicial) que, ao contrário, demonstram, claramente, tratar-se de conta -corrente do Banco do Brasil S/A (fls. 154).

É o relatório. Decido.

Na espécie, impende ressaltar que, nos limites estabelecidos pelo art. 1.022 do CPC/2015, os embargos de declaração destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade ou eliminar contradição eventualmente existentes no julgado combatido, bem como a corrigir erro material. Nesse sentido, os seguintes arestos da Corte Especial: EDcl no AgInt no RE nos EDcl no AgInt no AREsp 475.819/SP, relator Ministro Humberto Martins, Corte Especial, julgado em 7/3/2018, DJe de 23/3/2018 e EDcl nos EDcl nos EDcl no AgInt nos EDcl nos EREsp 1.491.187/SC, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Corte Especial, julgado em 7/3/2018, DJe de 23/3/2018.

Superior Tribunal de Justiça

No caso em exame, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

É que a fundamentação da decisão objurgada deixou evidente que a indisponibilidade de valores recaiu sobre verba alimentar do embargado, circunstância comprovada pelo demonstrativo de pagamento de remuneração, comprovante de bloqueio judicial.

Ressalta-se, que o fato da cópia de movimentação bancária não ter feito alusão a instituição financeira da qual se originou, não constituiu empecilho para o acolhimento do pleito recursal, pois foi suficiente para identificar o caráter alimentar do valor indisponibilizado quando analisada em conjunto com o demonstrativo de pagamento de remuneração, permitindo, assim, verificar a veracidade de informações (fls. 133).

Assim, a alegada afronta ao art. 1.022 do CPC não merece prosperar, porque o acórdão recorrido examinou devidamente a controvérsia dos autos, fundamentando suficientemente sua convicção, não havendo se falar em negativa de prestação jurisdicional porque incorrentes quaisquer dos vícios previstos no referido dispositivo legal, não se prestando os declaratórios para o reexame da prestação jurisdicional ofertada satisfatoriamente pelo Tribunal *a quo*.

Confirmam-se, nesse sentido: REsp 1808357/SP, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, julgado em 17/9/2019, DJe de 20/9/2019 e EDcl no AgInt no AREsp 1422337/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 9/9/2019, DJe de 12/9/2019 e AgInt no REsp 1780519/RO, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 25/6/2019, DJe de 28/6/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para conhecer do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente